

## Economia

► Conjuntura

Copom deve indicar como  
vai conter a alta inflaçãoDiretores do Banco Central se reúnem amanhã e quarta-feira  
em Brasília para decidir sobre os rumos futuros da taxa básica

Mayara Bacelar

mayara.bacelar@jornaldocomercio.com.br

Entre amanhã e quarta-feira, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) se reúne para discutir os rumos da taxa básica de juros no Brasil. Os últimos sinais da autoridade monetária previam a manutenção da Selic por "período prolongado" no seu atual e histórico patamar de 7,25% ao ano. Agentes do mercado financeiro, porém, já começam a vislumbrar uma mudança de postura frente ao cenário da inflação. O Copom não deve aumentar a Selic em março, segundo as fontes ouvidas pelo **Jornal do Comércio**, mas com os preços fugindo das rédeas do governo e se aproximando do teto da meta de 6,5% - segundo o IBGE, o IPCA-15 tem alta de 6,18

nos últimos 12 meses -, é possível que um aperto monetário, previsto inicialmente apenas para 2014, comece a ser executado ainda neste ano.

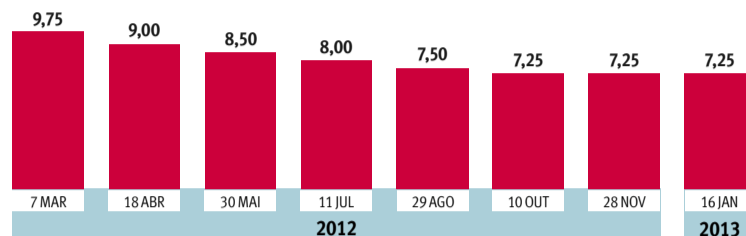
Com a recente declaração do ministro da Fazenda, Guido Mantega, de que o câmbio não é o instrumento da equipe econômica para conter a alta da inflação, os olhos do mercado se voltaram "naturalmente" para os juros, explica o sócio-fundador da Fundamenta Investimentos Valer Bianchi. "O BC não deu grandes declarações para desconversar essa fala do Mantega, a impressão que se tem é que o mercado está formando um consenso de que o juro sobe, mas não nessa próxima reunião do Copom", afirma. Para Bianchi, a ideia é que a principal mudança do BC, em março, venha no comunicado

posterior ao Copom, onde devem ficar mais claros eventuais ajustes na política de juros, que poderiam acontecer em abril.

A expectativa de manutenção da Selic se dá pela própria comunicação do BC. O analista-chefe do Sicredi, Alexandre Barbosa, lembra que não apenas os últimos comunicados e atas do Copom, mas as manifestações do presidente do BC, Alexandre Tombini, no período entre reuniões, sinalizam para conservação do atual patamar. "Nós acreditamos que nessa reunião não deve ter uma alteração", diz. "Se o BC quiser alterar, deveria preparar o mercado, e isso significa usar um documento oficial de comunicação, que é a ata do Copom", acrescenta.

Em seu cenário básico, o Sicredi trabalha com expectativa

## Evolução da taxa Selic



## REUNIÕES DO COPOM AGENDADAS PARA 2013

5/6 MAR	16/17 ABR	28/29 MAI	9/10 JUL	27/28 AGO	8/9 OUT	26/27 NOV
---------	-----------	-----------	----------	-----------	---------	-----------

- As reuniões ordinárias são realizadas em duas sessões: a primeira, às terças-feiras, reservada às apresentações técnicas de conjuntura, e a segunda, às quartas-feiras, para decisões das diretrizes de política monetária.

FONTE: BANCO CENTRAL

AURACEBIO PEREIRA/ARTE/JC

de manutenção da taxa Selic em 7,25% até o fim de 2013, com uma inflação aproximada de 5,6%, ou seja, sem convergir ao centro da meta do governo (4,5%). "O Brasil está flertando com o teto da inflação, então, neste momento, com essa preocupação, o risco de aumentar juros é maior do que meses atrás, quando parecia estar mais controlada", destaca Barbosa. A pressão nos preços, que nas últimas semanas foi promovida à principal bandeira a ser combatida pelo governo - prioridade, inclusive, em relação

ao crescimento do País, segundo declaração Tombini - levou o Sicredi a formular um cenário alternativo para juros no fechamento do ano.

Caso a elevação da Selic se confirme, a instituição vê a taxa básica subir, no máximo, 0,50 ponto percentual, chegando a 8,75% no fim do ano. Para o analista-chefe do Sicredi, um aumento na Selic não seria o suficiente para levar a inflação ao centro da meta, mas impediria que os preços ultrapassassem o teto da meta, de 6,5%.

Medidas macroprudenciais e política  
fiscal podem ser alternativa aos juros

Para o ministro da Fazenda, Guido Mantega, os juros são o instrumento do governo para conter a alta dos preços. Analistas lembram, no entanto, que as chamadas medidas macroprudenciais, adotadas para reduzir o volume de crédito disponível no mercado brasileiro a partir de 2010, podem ter novos capítulos para equalizar inflação e câmbio. O presidente da Apimec-Sul, Marco Antônio dos Santos Martins, afirma que se fosse levada em conta a postura e opinião do presidente do BC, Alexandre Tombini, a possibilidade de uma alta na Selic seria mais viável.

Para Martins, o governo se encontra em uma "armadilha" de baixo crescimento e alta da inflação e, nesse contexto, uma alta nos juros poderia travar ainda mais as expectativas de incremento na economia. "Se aumentar a Selic, vai ser um sinalizador apenas, muito menos do que o mercado gostaria", diz. "Ao que parece, as decisões de política econômica vêm muito mais da Fazenda e da Presi-

dência, e eles não acreditam em alta dos juros para conter inflação, vão usar isso como último remédio e continuar acreditando nas medidas macroprudenciais."

Para o economista-chefe da Geral Investimentos, Denilson Alencastro, é preciso pensar além das alternativas aos juros e medidas macroprudenciais para o controle da inflação, que conta com a expectativa de uma boa safra agrícola e redução nas tarifas de

energia elétrica para não estourar o teto da meta. A saída estaria, também, no controle de gastos. "Se você afrouxa a política fiscal, acaba gerando reflexos na economia e na inflação, num momento de estreitamento entre demanda e oferta de trabalho", argumenta Alencastro. Na visão do economista, uma das formas para equilibrar a situação é que o governo controle seus gastos ou gaste melhor, com foco no equilíbrio de demanda e oferta de produtos e serviços e implementando melhorias na infraestrutura do País.

## Discursos conflitantes geram dúvida no câmbio

Os sinais enviados ao mercado pela equipe econômica do governo federal por vezes não são claros o suficiente para saber qual o caminho das medidas que serão adotadas. Enquanto o ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirma que o câmbio não é ferramenta para ajustar a inflação, o presidente do BC, Alexandre Tombini, não descarta a atuação no mercado cambial frente a fortes volatilidades. A intervenção, aliás, não é apenas uma possibilidade, mas um fato. Frente à desvalorização de mais de 4% apresentada pelo dólar nas primeiras semanas do ano, o BC atuou com operações de swap cambial reverso para conter a valorização do real e, com ela, a inflação.

O economista-chefe da Geral Investimentos, Denilson Alencastro, afirma que há "um descompasso na comunicação do governo". Isso porque, apesar de o governo negar a intenção de mexer no câmbio, intervenções vêm sendo executadas na área. "Quando a inflação começou a sair do que o BC e governo consideram razoável, em torno de 5,8%, se começou a trabalhar no câmbio para que ficasse abaixo dos R\$ 2,00, mudou a estratégia do governo, e a fala do BC também", ob-

serva Alencastro. Ele acrescenta que hoje o câmbio no Brasil não é de livre flutuação, na medida em que o governo já tem bandas estabelecidas para cotação, com mediana em torno dos R\$ 2,00.

Para ele, as intervenções não são o principal entrave aos setores exportadores no que tange à política monetária, já que com o dólar mais alto as empresas impulsionam seus negócios, ao passo que com sua desvalorização, o acesso a insumos e equipamentos importados é facilitado. "Nem sempre é ruim um real valorizado e, na minha visão, o governo vai tentar ficar próximo a R\$ 2,00 por dólar", destaca.

O sócio da Fundamenta Investimentos Valter Bianchi frisa que a falta de transparência na comunicação e na intenção de mexer de câmbio é prejudicial tanto para importadores quanto para exportadores, travando importantes negócios. Ele alerta que o poder de manipulação do governo é limitado. "O fluxo para desvalorizar nosso câmbio vai ser grande este ano, e o poder de fogo do governo não é ilimitado, nós temos um bom volume de reservas bancárias, mas essa munção não é infinita", explica Bianchi.

O QUE OS MELHORES CARTÕES TÊM  
EM COMUM? UMA ÚNICA MÁQUINA:  
REDE BANRICOMPRAS.



Banrisul



COMPETENCE